

CONCLUSÃO

Ao se planejar a oferta de educação profissional em Mato Grosso, devem-se levar em conta inicialmente as características do Estado e de sua população, que são bastante peculiares.

O Estado tem sua superfície ocupada por três ecossistemas bastante diferenciados, que colocam uma série de condicionantes para a atividade econômica: a floresta equatorial amazônica, que se estende por nada menos do que 50% da superfície do Estado; o cerrado, que ocupa aproximadamente 40% de sua área física; e o pantanal, que ocupa cerca de 10% da área total.

Na região ocupada pela floresta equatorial amazônica, com baixa densidade populacional, predominam as atividades extrativistas, inclusive da madeira, que requerem baixo grau de qualificação profissional. Na região do cerrado, onde estão instalados os centros urbanos mais importantes, predomina a agropecuária, a atividade econômica mais importante do Estado e que tem no cultivo da soja, agricultura altamente mecanizada, e na pecuária bovina, as maiores fontes de receitas; desta atividade resultam outras, de transformação industrial, que agregam valor às principais matérias-primas produzidas no Estado e que impulsionaram o processo de industrialização, destacando-se o beneficiamento da soja e o processamento da carne bovina, e ainda as indústrias de madeira e mobiliário e de alimentos e bebidas. Finalmente, no pantanal mato-grossense desenvolve-se a pecuária bovina extensiva, de menor expressão econômica, mas há a possibilidade de se implementar, em bases mais profissionais, a exploração do turismo interno e externo.

A análise do perfil populacional do Estado de Mato Grosso mostra uma sensível diferença entre sua dinâmica na década de 70 e a atual. Se na década de 70 a população chegou a crescer 6,6%, como consequência de intenso processo migratório, esta taxa caiu para 2% no período entre 1991 e 1996, ainda acima da média nacional, de 1,4%. A forma de ocupação do território também se alterou drasticamente: em 1996, 75,8% da população do Estado já habitava áreas urbanas.

Por se tratar de uma área de colonização relativamente recente, o poder público procurou fomentar o desenvolvimento de Mato Grosso, marcando sua

presença em todo o território do Estado, com a instalação de uma infraestrutura de serviços públicos relativamente importante – o que coloca também a necessidade de se qualificar o pessoal ocupado em finanças públicas.

Resumindo, o planejamento da oferta de educação profissional no Estado do Mato Grosso deve ter como parâmetro a necessidade de atendimento a uma população que se concentra nos núcleos urbanos e que apresenta taxas de crescimento anual próximas à média nacional. Deve-se considerar também que, ao contrário do que ocorre nas regiões metropolitanas e nas microrregiões que incluem as capitais dos estados, a microrregião de Cuiabá não se caracteriza como o único ou o mais importante pólo industrial; sendo a ocupação do Estado relativamente recente e a agropecuária a atividade mais importante, dela decorrem outras atividades de transformação que fazem com que o parque industrial de Mato Grosso, predominantemente jovem e agroindustrial, se encontre disperso pelo interior, em suas várias regiões.

Ao se pesquisarem diretamente as empresas industriais e de prestação de serviços, foi possível avaliar a importância, na perspectiva dos empregadores, de uma série de quesitos que interessam diretamente a todos aqueles que planejam e oferecem educação profissional.

Por exemplo, com relação ao porte das empresas, avaliado a partir do número empregados contratados, constatou-se que a maior parte delas, sejam industriais ou de prestação de serviços, situa-se na faixa de pequeno porte – entre 30 e 99 funcionários. Isto significa que os currículos dos cursos de educação profissional devem privilegiar competências e conteúdos de caráter mais geral, que dêem conta de um grau de divisão técnica do trabalho relativamente pouco acentuado.

Na área de recursos humanos, foram pesquisados outros indicadores específicos, que são relevantes para orientar o planejamento e a oferta de educação profissional, como por exemplo, os instrumentos adotados pelas empresas industriais e de serviços na seleção de pessoal. Por ordem de importância, os instrumentos mais usados são entrevista com o candidato, análise do currículo, testes de conhecimentos práticos e das recomendações/indicações.

A importância atribuída à entrevista como instrumento de seleção aponta para a necessidade de que as instituições de educação profissional incorporem a seus currículos atividades voltadas ao desenvolvimento de atitudes e comportamentos adequados às situações de entrevista, de forma a melhorar as condições de absorção dos egressos de seus cursos ao mercado de trabalho, sobretudo dos jovens sem experiência profissional.

A exigência de apresentação de currículo constitui uma barreira quase intransponível para os jovens, mesmo quando qualificados, que procuram seu primeiro emprego – o que aponta para a necessidade de que as instituições de educação profissional introduzam em seus currículos estratégias de ensino-aprendizagem que sejam percebidas pelos empresários como equivalentes a uma experiência profissional efetiva; esta providência, além de aprimorar a formação prática dos alunos, contribui para melhorar sua posição na disputa por uma vaga no mercado de trabalho.

Quanto aos testes de conhecimentos práticos, eles são privilegiados em relação aos teóricos até mesmo para as categorias de qualificação ocupacional mais elevadas, seja para o pessoal ligado à atividade principal ou para o pessoal administrativo. Este fenômeno parece revelar que os empregadores, sem desprezar a dimensão teórica de determinado saber profissional, estão interessados em avaliar em que medida os conhecimentos teóricos são apropriados pelos candidatos numa perspectiva que privilegie a prática profissional.

Outra questão investigada, relevante na medida em que caracteriza a base cognitiva e conceitual sobre a qual deve se assentar qualquer proposta de educação profissional, diz respeito ao nível de escolaridade exigido pelas empresas para a contratação de seus funcionários. Constata-se que os níveis de escolaridade exigidos dos candidatos a emprego são tanto mais elevados quanto mais qualificada for a categoria de qualificação ocupacional examinada. Para os candidatos às vagas na área administrativa, na categoria de qualificação básica, as exigências são sensivelmente superiores às exigidas dos candidatos ligados à atividade principal, nas categorias de qualificação ocupacional de semi-qualificados e qualificados.

Tal fenômeno se explica pela percepção que o próprio mercado de trabalho tem de que as competências profissionais relacionadas às atividades de apoio administrativo estão estreitamente relacionadas aos objetivos da educação básica, particularmente do ensino médio.

É de se supor que na medida em que aumentar o tempo de permanência da população jovem do Estado de Mato Grosso na escola e, sobretudo, quando melhorar seu acesso ao ensino médio, melhorarão as condições para a qualificação da força de trabalho, não apenas na área administrativa, mas também nas demais áreas profissionais.

A Paer investigou ainda a importância para os empregadores da participação de algumas rotinas de trabalho desenvolvidas pela maior parte dos empregados das várias categorias de qualificação ocupacional, tanto na atividade principal quanto nas de apoio administrativo, seja na indústria, ou nos serviços; em seguida, pediu que os empregadores se posicionassem com relação às mesmas atividades, agora entendidas como carências, e que, na sua avaliação, comprometem o desempenho profissional da maior parte de seus empregados.

O uso de microcomputadores revelou-se uma rotina bastante disseminada, não só entre as categorias de mais qualificação ocupacional, como na maior parte das funções técnicas de nível médio e naquelas de qualificação ocupacional básica, no caso dos industriários. Este dado aponta para a necessidade de se incluir a informática como componente curricular de todas as modalidades de educação profissional e não apenas nos cursos de habilitação profissional; é preciso também incluí-la nos cursos de qualificação profissional e até nos cursos de educação profissional de nível básico.

É interessante se assinalar que, como carência, a pesquisa evidenciou que a falta de conhecimento de informática afeta mais as categorias de maior qualificação, sobretudo dentre o pessoal ligado à atividade principal, tanto na indústria, quanto na prestação de serviços; este dado pode indicar, simultaneamente, que tanto as expectativas dos empregadores com relação à desenvoltura que esperam de seus empregados mais qualificados no uso de microcomputadores é maior, quanto que estas expectativas ainda não são

adequadamente atendidas. Tal evidência sugere várias possibilidades de intervenção: tanto cabe introduzir o ensino de informática para a formação destes profissionais, quanto melhorá-lo, se ele já for ministrado. Cabe ainda investir na oferta de programas de treinamento de informática para este segmento de trabalhadores já engajados no mercado de trabalho.

O uso de língua estrangeira só tem alguma expressão para os profissionais de nível superior. Assim a carência desse conhecimento é vista como pouco relevante para os empregadores.

Os dados relativos às rotinas de trabalho que envolvem conhecimento técnico atualizado, quando cotejados com os dados que dizem respeito às carências que se referem à falta de conhecimentos específicos da ocupação, tanto para a indústria, quanto para a prestação de serviços, apontam para indicadores importantes. Afinal, se parece natural que as rotinas que envolvem conhecimentos técnicos atualizados sejam tanto mais importantes quanto maior for a categoria de qualificação ocupacional examinada, o exame de sua contrapartida em termos de carência, ou seja, a falta de conhecimento específico da ocupação, evidencia um grande descompasso entre as expectativas que os empregadores têm da força de trabalho e as reais condições que estes mesmos trabalhadores têm de atender a tais expectativas, em todas as categorias de qualificação ocupacional, inclusive nas mais elevadas, embora com menor intensidade.

Tal desajustamento indica, no caso de todos os trabalhadores que passaram por algum tipo de qualificação profissional, que pelo menos parte das ações de educação profissional oferecidas não atendeu integralmente às necessidades dos empregadores, o que merece consideração por parte das instituições de educação profissional, que devem procurar adequar sua oferta programática às expectativas do setor produtivo.

O emprego de técnicas de qualidade aponta para a necessidade de se superar, ainda no plano da capacitação profissional, uma carência de caráter mais amplo, que diz respeito à dificuldade de se aprender novas habilidades e funções – o que prejudica sobretudo os trabalhadores ligados à atividade principal.

Além de procurar integrar este objetivo a sua proposta pedagógica, as instituições de educação profissional devem cuidar da questão concreta que envolve a incorporação de novos valores e práticas das forças produtivas aos seus programas, como é o caso da qualidade. Trata-se, assim, de dar à qualidade o tratamento de componente curricular de forma a assegurar sua presença no perfil profissional dos egressos de todos os cursos oferecidos.

Há ainda um grupo de rotinas cuja frequência é bastante expressiva nos dois setores da economia estudados e cuja presença é tanto maior quanto mais elevada for a categoria de qualificação ocupacional examinada e que se contrapõe a carências que deveriam ser supostamente desenvolvidas pela educação básica, tanto no ensino fundamental, como no ensino médio; são as rotinas que envolvem a redação básica e o uso de matemática básica e às quais correspondem, respectivamente, as carências relacionadas à falta de capacidade de comunicação por escrito e à falta de matemática básica. A importância atribuída a estas duas rotinas, quando relacionadas à incidência relativamente elevada de suas carências correspondentes, sobretudo nas categorias de qualificação ocupacional mais baixas, apontam para deficiências na educação básica, sobretudo no ensino fundamental, que comprometem o desempenho dos trabalhadores. Tais carências poderiam ser eventualmente sanadas com programas instrumentais, focados na solução dos problemas profissionais mais frequentes.

Há ainda um outro grupo de três rotinas de trabalho (expressão e comunicação verbais, contato com clientes e trabalho em equipe) que, embora estejam presentes em todas as categorias de qualificação ocupacional, incidem sobremaneira nas mais elevadas, ao qual corresponde outro grupo de três carências (dificuldade de expressão e comunicação verbais, falta de habilidade para lidar com clientes e dificuldade de trabalho em equipe) que caracterizam um conjunto de competências atitudinais imprescindíveis ao bom desempenho profissional que se espera dos trabalhadores nos dias de hoje.

Como seria de se esperar, a importância da incidência da rotina que envolve contato com os clientes e sua correspondente carência, a falta de habilidade para lidar com clientes, quando examinada para o setor de serviços, se revela mais expressiva do que quando se examinam seus resultados para o setor

industrial, o que é natural uma vez que uma das características do setor de serviços é justamente colocar face a face o profissional prestador de serviços com seu cliente. Assim mesmo, não se deve inimizar sua importância para os demais setores de atividade, uma vez que parece crescer a importância do conceito de cliente interno nas relações intra-institucionais.

Assim, as instituições de educação profissional devem zelar para que tais competências possam ser desenvolvidas no âmbito dos programas que oferecem, também numa perspectiva instrumental, ou seja, aplicadas a situações de trabalho concretas.

A Paer investigou ainda no Estado de Mato Grosso a natureza das relações das empresas com as instituições de educação profissional. Dentre as várias modalidades de relacionamento sugeridas (recrutamento de egressos das escolas, contratação de serviços especializados das escolas, acolhimento de alunos em estágios, oferta de estágios nas empresas aos professores das escolas, participação dos professores das escolas em projetos das empresas, desenvolvimento de treinamento de funcionários das empresas nas escolas, participação das empresas na definição dos currículos das escolas, cessão de equipamentos e insumos para uso das escolas e prestação de auxílio financeiro às escolas), destacaram-se apenas aquelas consideradas mais tradicionais, ou seja, as empresas cedendo suas instalações como campo de estágio para os alunos das escolas e as empresas recrutando profissionais dentre os egressos dos cursos oferecidos pelas escolas profissionalizantes.

A baixa participação das demais modalidades de relacionamento entre as instituições de educação profissional e o setor produtivo parecem apontar para a necessidade de que as escolas profissionalizantes estreitem seus laços com as empresas de maneira a incrementar os seus vínculos com elas e tornar assim seus esforços de qualificação profissional mais efetivos.

As várias atividades desenvolvidas no setor agropecuário apresentam naturezas distintas conforme a região. Isto implica em considerar criteriosamente a oferta de educação profissional para este setor, avaliando-se, por exemplo, se há um grau mínimo de concentração da atividade em uma determinada região geográfica que justifique a oferta de educação profissional

em caráter permanente ou em equipamentos de educação profissional fixos. Caso contrário, esta poderia ser programada como atividade não-permanente ou ser oferecida a partir de estruturas móveis; ou ainda se poderia cogitar o transporte dos alunos a locais onde se concentraria a oferta de educação profissional para uma determinada atividade agropecuária. Há outra consideração que deve ser feita diz respeito à oferta de educação profissional para as atividades do setor onde os requerimentos de qualificação profissional são baixos, como ocorre com relação ao extrativismo. É sabido que os trabalhadores engajados em tais atividades, freqüentemente mal remuneradas, quando não insalubres ou perigosas, não se sentem motivados a investir em seu desenvolvimento, por não vislumbrarem como contrapartida melhorias sensíveis em suas condições de trabalho ou de remuneração. Contrariamente, para o setor moderno da atividade agropecuária do Estado de Mato Grosso, sobretudo para aquele altamente sofisticado e mecanizado, como ocorre com a soja, é importante que se prevejam programas voltados, por exemplo, para a prestação de serviços específicos para a atividade agropecuária e para a manutenção de máquinas agrícolas.

A agropecuária mato-grossense assenta-se num ecossistema altamente diversificado, notadamente o das florestas tropicais úmidas e aqueles a ele associados (Cerrado), com uma especificidade regional que é a presença de terras planas sujeitas a alagamentos periódicos (Pantanal). Neste ambiente, as atividades agropecuárias desenvolvem-se segundo diferentes padrões tecnológicos, com uma base social bastante heterogênea.

Sendo um estado até recentemente considerado de fronteira agrícola, as atividades desenvolvidas no meio rural de Mato Grosso ainda comportam o extrativismo tradicional (garimpo, exploração madeireira, pesca, etc.), os cultivos de subsistência, a pecuária extensiva ao lado de uma exploração agrícola praticada segundo um moderno padrão tecnológico (produção de grãos em grande escala), mesclando populações ditas tradicionais, as oriundas de fluxos migratórios de outras regiões do país e aquela de caráter tipicamente empresarial.

A heterogeneidade das dinâmicas agropecuárias do Estado de Mato Grosso, com regiões de elevado dinamismo puxado pela agricultura moderna e

tecnificada, vinculada à agroindústria processadora e ao setor exportador, e com regiões de menos dinamismo, baseadas na pecuária extensiva e na pequena agricultura tradicional, ainda permite uma maior permeabilidade da estrutura social proporcionada pela dinâmica de “fronteira” e da ocupação recente, onde o pequeno agricultor e o grande fazendeiro estão em interação, possibilitando mudança nas posições sociais.

A realidade do meio rural mato-grossense permite o crescimento tanto das atividades agrícolas como das não-agrícolas, seja porque há grandes áreas de fronteira a serem ocupadas pela agricultura, seja porque ainda há muito para ser desenvolvido em termos de integração da produção primária com os elos a montante e a jusante da cadeia produtiva, com grandes possibilidades de crescimento nas ocupações geradas na indústria de transformação e nos serviços para o consumo da agricultura e também da população rural. Neste sentido, observa-se que o “novo rural mato-grossense”, entendido como o espaço mais amplo que as tradicionais atividades agropecuárias, no qual as pessoas ocupam-se cada vez mais em atividades não-agrícolas, ainda é muito incipiente se comparado com outros estados brasileiros. No entanto, já aparecem regiões com fortes tendências para este movimento de transformação, onde o turismo ecológico é o carro-chefe do processo, como é o caso do entorno de Cuiabá e de Cáceres, por exemplo.

Uma das características que diferenciam o Mato Grosso de outras unidades federativas é que sua capital apresenta um fraco papel articulador das dinâmicas econômicas e do processo de ocupação. Os principais eixos rodoviários têm um forte papel estruturador, independentemente de sua ligação com a capital, ressaltando assim, o caráter exportador da moderna agricultura que avançou nas áreas de cerrado.

Nas regiões onde estão localizadas as duas escolas agrotécnicas, considerando as principais atividades desenvolvidas no meio rural e sua relação com a demanda por mão-de-obra, pode-se dizer que:

- a pecuária extensiva é pouco demandadora de mão- de-obra em geral e de técnicos especializados em particular. Somente as fazendas modernizadas

têm contratado médicos veterinários e técnicos agropecuários, segundo os agentes entrevistados;

- a agricultura praticada segundo um moderno padrão tecnológico caracteriza-se como poupadora de mão-de-obra, dados os índices de mecanização em todas as fases de produção, fazendo com que aumentos na área plantada não se reflitam com a mesma intensidade na demanda por mão-de-obra. A exceção fica por conta da lavoura de algodão que ainda mescla o cultivo manual com o químico, mas com tendência de substituição do primeiro pelo segundo, de acordo com alguns dos agentes entrevistados. A mão-de-obra especializada ainda se caracteriza pelas habilidades adquiridas durante o processo produtivo, principalmente naquelas atividades associadas a mecanização. Uma maior qualificação técnica vem sendo exigida nas atividades relacionadas ao manejo e controle de pragas, segundo alguns entrevistados, o que deve provocar uma substituição entre os trabalhadores, sem aumento no quadro funcional das empresas;
- a agricultura familiar ainda se caracteriza por cultivos de subsistência, com forte presença das populações tradicionais e dos assentados, e encontra-se dependente de políticas específicas do setor público e de caráter global para o seu desenvolvimento, incluída a assistência técnica. O desenvolvimento destes agricultores poderia gerar um aumento na demanda por mão-de-obra técnica, dado o nível de carências destes agricultores apontado pelos agentes entrevistados, bem como num possível papel dinamizador das economias locais;
- a implantação do Pólo Ecoturístico do Alto Pantanal Mato-Grossense, que seria constituído pela reunião de 15 municípios do Sudoeste de Mato Grosso interessados em desenvolver o turismo sustentável de forma integrada, permitirá que a região de Cáceres reorienta o sentido do turismo regional, hoje extremamente dependente da pesca. A região é muito rica em pontos turísticos, como cavernas, grutas, antigas fazendas produtoras de cana-de-açúcar e criadoras de gado no pantanal, trilhas e passeios por exuberante fauna e flora, construções antigas de bela arquitetura, que ainda são muito pouco explorados pelos municípios. Neste cenário, haveria

uma demanda de mão-de-obra especializada para atuar nas diversas atividades constituintes do pólo turístico.

Em relação as escolas agrotécnicas, observou-se como pontos comuns que levaram à adesão destas ao Proep, segundo alguns entrevistados, principalmente a necessidade de adequação de suas atividades aos potenciais de desenvolvimento das regiões onde estão localizadas e a conseqüente captação de novos recursos para tal, em contraposição aos constantes cortes orçamentários.

Esta adesão e as reformas em curso encontram um ambiente nos quais se destacam os seguintes pontos:

- ensino médio ministrado, regra geral, tem seu conteúdo voltado para a realidade do ensino técnico, existindo uma complementariedade entre eles, o que ajuda o aluno na sua formação profissional e pessoal;
- a excelente estrutura didática da EAF em termos de laboratórios, bibliotecas, materiais e equipamentos (vídeo, projetor, etc), que as escolas municipais e estaduais não têm, proporciona boa qualidade de ensino;
- ao separar os ensinos técnico e médio, os cursos da EAF praticamente ficam restritos aos jovens residentes nos municípios sede e/ou aos que já concluíram o ensino médio e têm condições próprias de se manter economicamente na cidade, já que as EAFs estão reduzindo o número de alunos em regime de internato;
- as estruturas e equipamentos que estão sendo direcionados para a geração de renda podem comprometer parcialmente o processo de aprendizado, na dependência do tempo de utilização destes para tal fim;
- aumento das suas atividades de ensino técnico, a abertura de novos cursos e a implantação de novas unidades (laboratório de solos e microbiologia, inseminação artificial, etc.), com os recursos do Proep, geram a necessidade de contratação de novos profissionais qualificados para trabalhar nessas atividades;
- a tendência de queda dos orçamentos das escolas, que atinge sensivelmente a manutenção dos objetivos pretendidos com a adesão ao

Proep e do que já existe na escola (infra-estrutura, rebanhos, equipamentos, etc.), pode a médio prazo comprometer suas atividades, considerando-se que as parcerias atuais, por enquanto, contribuem muito pouco para a manutenção autônoma da escola, do ponto de vista da obtenção de recursos próprios.

Assim, a reestruturação das EAFs, apesar de recente, apresenta uma série de pontos para reflexão, que a transforma num universo de novas experiências a serem observadas para que ela continue oferecendo cursos de formação técnica qualificada e reafirme (ou reconstrua) seu papel de instituição pública no desenvolvimento socioeconômico regional.